

Desfecho da intervenção causa polêmica no Senado

Em tarde de debates sobre solução dada ao Banco Econômico, PMDB cobra divulgação de dossiê a respeito do Banco Central e ACM garante que apenas defendeu a Bahia

Profissionalizar servidor, meta de Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a profissionalização dos servidores como forma de erigir barreiras à corrupção na administração pública. Entretanto, o senador acha que a reforma do Estado não pode se transformar em "holocausto do funcionalismo".

Página 2



ACM e Élcio Álvares defenderam a decisão do governo

"Como manter a confiança no sistema financeiro nacional se a diretoria do Banco Central está sob suspeita?", indagou o líder do PMDB, Jader Barbalho, ao questionar o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) a respeito de um suposto dossiê contra a diretoria do Banco Central.

Antônio Carlos defendeu a decisão do governo de transformar a intervenção no Banco Econômico em regime de administração especial. A crise do Econômico polarizou os debates na sessão de ontem do Senado. Página 3

Malan explicará demissões no Banco do Brasil

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Antônio Carlos Valadares (PPSE) convocando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar ao plenário da Casa as demissões no Banco do Brasil, dentro de seu programa de redução de gastos.

O BB iniciou seu programa há menos de dois meses e cerca de 12 mil funcionários optaram pela demissão incentivada. O banco pretendia demitir, numa primeira fase, cerca de 15 mil funcionários. A data do comparecimento do ministro ainda não foi acertada.

Foi ainda aprovado o texto da Convenção Interamericana sobre Personalidade e Capacidade de Pessoas Jurídicas no Direito Internacional Privado.

Especialistas discutem trânsito hoje em fórum nacional

O Fórum Nacional de Debates sobre o Código de Trânsito Brasileiro vai reunir, hoje, a partir da 8h, no auditório Petrônio Portela, as maiores autoridades no assunto. O presidente da Comissão Especial do Senado que analisa o projeto de novo código, senador Francelino Pereira (PFL-MG), afirmou que os senadores que inte-

gram a comissão esperam o maior número possível de sugestões.

Entre os pontos inovadores do projeto, o relator da matéria, senador Gilberto Miranda (PMDB/AM), destaca a concessão de competência aos municípios para administrar e gerir o trânsito nos seus respectivos territórios; concessão de uma permissão temporária

para dirigir veículo; agravamento das punições aplicadas aos infratores; maior rigor na regulamentação do transporte escolar, não só em relação à segurança de veículo, como a requisitos adicionais para o condutor desse tipo de veículo; e a instituição de cursos de reciclagem para motoristas infratores.

**Mantidos
vetos a 13
projetos**

Página 4

**Sarney critica
prorrogação
de fundo**

Página 4

**Mais prazo
para emenda
do petróleo**

Página 4

Alcântara quer profissionalizar servidor para barrar corrupção

Busca de propostas para evitar "relações promíscuas entre o Estado e a iniciativa privada" é defendida pelo senador

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem a profissionalização dos servidores como forma de erigir barreiras à corrupção na administração pública. Ingresso por concurso, ascensão por mérito e carreira funcional que permita o acesso aos altos cargos poderiam, segundo ele, estabelecer as necessárias fronteiras entre setor público e privado. Alcântara confessou ter muitas dúvidas em relação à extinção da estabilidade e frisou que a reforma do Estado não pode ser "um holocausto do funcionalismo".

Para o parlamentar cearense, as denúncias que antecederam a exoneração do secretário de Acompanhamento Econômico, José Milton Dallari, convidam à reflexão e à busca de propostas sobre "as relações promíscuas entre o Estado e a iniciativa privada". Ele ressaltou que o secretário pode ser absolutamente inocente. Mas os episódios que o envolveram e a consequente publicação de listas de autoridade



Lúcio Alcântara

des do governo que prestaram serviços a empresas apontariam para "um dos grandes problemas do Estado brasileiro".

Rocha insiste em informação

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitou à Mesa que adote providências sobre requerimento de sua autoria, encaminhado ao ministro do Planejamento, pedindo informações sobre os convênios firmados entre a Suframa e os municípios que compõem a Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá.

Benedita defende ferroviários

Cerca de 20 mil funcionários da Rede Ferroviária Federal serão demitidos para que a empresa seja "enxugada" e possa ter parte de seus serviços "arrendados" a grupos privados. O drama dos ferroviários foi levado ontem ao plenário pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que pediu apoio dos senadores para que esses funcionários sejam reaproveitados no governo ou em estatais.

A senadora leu carta enviada

pela Associação dos Empregados de Empresas Ferroviárias, na qual eles se mostram indignados com a direção do BNDES por não se importar com o futuro dos 20 mil servidores da Rede ameaçados de demissão. "A direção do banco, encarregada do arrendamento, informa que não lhe compete resolver esse problema e sugeriu que os ferroviários se dirigissem aos Ministérios da Administração e dos Transportes."

Alagoas em exposição no Senado

Aspectos das belezas naturais, das manifestações culturais e da economia de Alagoas podem ser vistos até o próximo domingo, dia 20, na exposição montada nas vitrines ao longo do corredor que liga o edifício principal ao Anexo I do Senado.

Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, Djavan e Hermeto Paschoal, alagoanos que por seu trabalho e talento se projetaram no cenário nacional, são, ali, homenageados. A exposição dá continuidade a um projeto de divulgação permanente dos estados.

O presidente do Senado, José Sarney, disse que o turismo é o setor econômico do Nordeste mais potencializado para gerar desenvolvimento e empregos, e prometeu apoiar a iniciativa da secretária de Turismo de Alagoas, Teresa Collor, que propõe um aproveitamento melhor das potencialidades turísticas da região. Teresa foi recebida ontem por Sarney.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado Federal.

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: "PLS nº71/93, que cria o Programa de Crédito Rural Equivalência-Produto; (em votação) "PLC nº 47/93, que dispõe sobre a destinação de entorpecentes apreendidos; (em discussão) e "PLC nº 212/93, que destina a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal à Federação Nacional das APAEs e determina outras providências; (em discussão).

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Matérias de competência da comissão, destacando-se: "PDL nº 46/95, que aprova o texto do Acordo para a criação da Comissão Mista de Cooperação, celebrado entre o Brasil e a Namíbia, em Windhoek, em 29.10.92; e PDL nº 53/95, que aprova o texto do Acordo para a Manutenção do Centro Interamericano de Comercialização, entre o Brasil e a OEA, celebrado em Belém - PA, em 9.06.94.

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Matérias de competência da comissão, destacando-se:

Requerimento do Senador Gilberto Miranda, solicitando sejam convidados para prestarem esclarecimentos, individualmente, à Comissão de Fiscalização e Controle os presidentes das empresas montadoras de veículos automotores, o presidente da ANFAVEA e o secretário da Receita Federal, acerca das declarações do ex-ministro Ciro Gomes, prestadas ao "Jornal do Brasil", em 27.02.95, na seção "Negócios e Finanças", pág. 6, sob o título "Ciro diz que montadora dribla IR". Solicita, igualmente, que o secretário da Receita Federal remeta a esta comissão, antes do seu pagamento, a relação dos impostos pagos, nos últimos cinco anos, incluindo nominalmente as respectivas empresas montadoras. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão de Assuntos Sociais.

Pauta: Matérias de competência da comissão, destacando-se: "PLC nº 89/93, (não terminativo) que institui, em todo território nacional, a notificação compulsória para os casos de intoxicação humana por produtos e substâncias químicas ou agentes biológicos, que tenham recebido atendimento hospitalar ou ambulatorial, e dá outras providências. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Solução para o Econômico gera polêmica

Senadores criticam medidas do governo, cobram divulgação de dossiê sobre Banco Central e Antonio Carlos garante que não deu ultimato a Fernando Henrique

Os senadores Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, e Pedro Simon (PMDB-RS) cobraram ontem do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) explicações a respeito de um dossiê que ele teria garantido possuir sobre a diretoria do Banco Central. "Como manter a confiança no sistema financeiro nacional se a diretoria do Banco Central está sob suspeita?", perguntou o líder do PMDB.

Pedro Simon e Roberto Freire (PPS-PE) também criticaram duramente o presidente Fernando Henrique Cardoso pela decisão encontrada para salvar o Banco Econômico. "Fatos como esse desmoralizam a política no Brasil, esgarçam a sociedade, que deixa de acreditar no padrão ético de seus representantes nos poderes, corrompem as entranhas do Estado, tornando-o fraco, inoperante e submisso aos interesses dos grupos privados dominantes", disse Freire.

COMPROMISSO

O líder do governo, senador Élcio Álvares (PFL-ES), leu uma nota do presidente Fernando Henrique Cardoso em que explica a saída encontrada para o salvamento do banco. Segundo o líder, o presidente assume o compromisso de não injetar sequer um real dos cofres federais no Banco Econômico, deixando toda a responsabilidade sobre o assunto com o governo da Bahia.

Falaram ainda, em defesa do presidente e do senador Antonio Carlos Magalhães, os senadores Hugo Napoleão (PFL-PI) e Waldeck Ornelas (PFL-BA).

ULTIMATO

O senador Antonio Carlos Magalhães disse que o presidente acertou, que ele (ACM) nunca deu ultimato algum e que nada mais fez do que defender os interesses do povo



Jáder



Simon



Freire



Cabral



Napoleão



Waldeck



Dutra



Rocha



Ignácio



Marina



Suplicy



Melo

baiano.

O senador Pedro Simon frisou que, a partir de agora, quando quiser dialogar com o governo, já sabe a quem procurar: o senador Antonio Carlos Magalhães, e não o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O senador Eduardo Suplicy (SP), líder do PT, qualificou como "fenômeno extraordinário de contradição do PFL" o desfecho para o problema do Banco Econômico. As idéias privatizantes dos neoliberais, segundo Suplicy, entraram em choque com a estatização do banco baiano.

INSOLVÊNCIA

Por sua vez, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) defendeu a decisão do governo de desapropriar o controle acionário do Banco Econômico, salientando que "era urgente uma solução prática" para a insolvência iminente do banco, desde que esta não fosse o seu fechamento. "O número de empresas que iriam falir na Bahia é indescritível", ressaltou, lembrando os 160 anos de

fundação do banco como exemplo de sua importância para o Nordeste.

Para o senador José Eduard Dutra (PT-SE), o governo continua a fazer uso da máxima "privatizar o lucro e socializar o prejuízo". Ele também assegurou que o Tesouro injetou dinheiro para salvar o Banco Econômico. "Foram cerca de R\$ 3 bilhões até agora", acrescentou.

DECISÃO TÉCNICA

Os senadores José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Marina Silva (PT-AC), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Bernardo Cabral (PP-AM) também comentaram a questão do Banco Econômico. José Ignácio defendeu o presidente da República, afirmando que não houve fraqueza por parte de Fernando Henrique, mas, sim, uma decisão técnica, aprovada pelo ministro Pedro Malan.

Já a senadora Marina Silva, ironizando o desfecho do caso Econômico, afirmou que, no ranking da queda-de-braço dos 27 estados brasileiros, a Bahia é o nº 1.

Sebastião Rocha afirmou que "não só São Paulo, mas também a Bahia comanda o país. Isso é o reflexo da democracia, e o senador Antonio Carlos Magalhães quebrou a tese de que o Brasil era comandado só por São Paulo."

Por sua vez, o senador Bernardo Cabral criticou a centralização dos debates, na tarde de ontem, em torno do caso Econômico. "A bancada do Amazonas - e a do Norte, acredito - vai tratar somente do que vier da região". Último orador da sessão, Cabral foi apoiado, em apertado, pelos senadores Lauro Campos (PT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ney Suassuna (PMDB-PB) e José Fogaça (PMDB-RS).

FATO NOVO

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) lamentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso venha sendo culpado por ter decidido mudar a intervenção no Banco Econômico para administração especial. "A verdade é que houve um fato novo. Houve mudança na propriedade das ações do banco. Agora, o dono é o Estado da Bahia", observou.

- Atiram pedras no presidente Fernando Henrique como se ele fosse o responsável pela má administração do Banco Econômico - afirmou.

Geraldo Melo acha que o Brasil "ainda não está preparado para uma quebra de banco" e lembrou que o presidente da República disse ter concordado com a mudança da intervenção com receio de uma quebra do sistema financeiro nacional, desencadeada pelo caso do Econômico.

"Qual seria hoje o rescaldo se o presidente tivesse permitido o Econômico ir para o espaço? Poderíamos ter hoje um sistema financeiro totalmente destruído", ponderou o senador.

Sarney critica Fundo Social

Diante de mais de 30 representantes da Confederação Nacional dos Municípios, que o procuraram para reclamar uma melhor receita tributária, o presidente do Senado, José Sarney, criticou a proposta de emenda constitucional do Executivo que pretende prorrogar até 1999 a vigência do Fundo Social de Emergência (FSE).



A Comissão de Justiça marcou a votação do parecer de Ronaldo Cunha Lima para o dia 21

Casildo Maldaner destaca Mercosul

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao participar da reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira), realizada ontem, destacou o esforço que o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai vêm desenvolvendo para se unirem e assim se tornarem mais competitivos no mercado internacional.

Requião denuncia abandono de ponte

Uma ponte entre o Brasil e a Argentina, construída pelo governo do Paraná e entregue ao governo federal, está abandonada há um ano e dois meses. A denúncia foi feita ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao cobrar do Executivo uma definição em relação ao problema.

Manual para municípios

Em coquetel hoje, às 11h, no gabinete nº 6 da Ala Afonso Arinos, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lançará o *Novo Manual de Orientação aos Prefeitos*. Explicou o senador que o manual se destina a identificar as fontes de recursos para financiamento de projetos das prefeituras.

Mais prazo para relatório da emenda do petróleo

Iris atende partidos de oposição e relator vai examinar novas alterações sugeridas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) adiou para a próxima terça-feira, dia 21, a partir das 10h, a votação do parecer do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) favorável à proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, nos termos em que foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

O adiamento foi decidido na manhã de ontem pelo presi-

dente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), atendendo a solicitação de senadores de diversos partidos de oposição, no sentido de que o relator tivesse novo prazo para analisar as 11 emendas apresentadas à proposta durante o prazo de vista coletiva que terminou na última segunda-feira. O líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), tentou mas não conseguiu evitar o adiamento.

Júnia pede "aval" a carta de FHC

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse ontem que vai procurar pessoalmente os líderes do governo e as lideranças dos partidos que dão sustentação ao governo no Congresso Nacional, para que subscrevam a carta do presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhada ao presidente do Senado, José Sarney.

Na carta, o presidente da República se compromete a, uma vez aprovada a proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio do petróleo, enviar ao Congresso uma proposta de lei complementar em que será garantida a preservação da estatal, assim como as bacias por ela exploradas.

Congresso mantém vetos

O Congresso manteve ontem os vetos presidenciais a 13 projetos. Com a decisão, ficaram integralmente prejudicadas sete proposições, que tratavam da profissão de taxista; doação de imóvel de propriedade da União; programas de reforma agrária; exame DNA na rede hospitalar pública; Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília; e financiamento a servidores públicos. Os outros vetos são parciais.

Acre cobra explicações

A apreensão de um Boeing, por suspeita de contrabando, em São Paulo, o qual pertenceria ao governador do Acre, Orleir Camely, levou os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Marina Silva (PT-AC) e Flaviano Melo (PMDB-AC) a apresentarem requerimentos de informações, dirigidos aos ministros da Justiça e da Fazenda, para que esclareçam o episódio.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade ■ Editores – Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos – Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.